

O Atendimento Psicológico da Pessoa Surda: Desafio Para a Psicologia

Tiago Pires Sousa (UNIFAMA)¹

Eraldo Carlos Batista²

Resumo: A questão da inclusão tem ganhado grande visibilidade nos últimos tempos, a qual tem sido alvo de estudos constantemente. Assim, ao olharmos para a área da Psicologia somos direcionados a olhar para um fazer também inclusivo, voltado a pessoa surda e o sofrimento emocional desse público em específico. Para tal, realizou-se uma pesquisa de cunho bibliográfico, ao qual buscou escritos teóricos que discutem sobre o tema do estudo em questão. Este estudo buscou compreender como se dá o atendimento da pessoa surda na Clínica no atendimento psicoterapêutico, e qual a importância desse atendimento a esses sujeitos. Este estudo pretende contribuir para a construção de um olhar voltado a necessidade de compreensão e acolhimento emocional da pessoa surda no atendimento clínico em Psicologia, em uma abordagem inclusiva, ou seja, uma Psicologia Inclusiva. Através desta pesquisa compreende-se a necessidade de se atentar ao atendimento psicológico direcionado a comunidade surda, em específico, bem como a emergência de novos profissionais nessa área de atendimento.

Palavras-Chave: Psicologia Inclusiva; pessoa com surdez; atendimento clínico.

Abstract: The issue of inclusion has gained great visibility over time, which has been the subject of constant studies. Thus, when looking at an area of Psychology, we are directed to look at an inclusive approach, aimed at the deaf person and the emotional suffering of this specific audience. For this, a bibliographic research was carried out, which looked for theoretical writings that address the subject of the study in question. This study sought to understand how the deaf person is treated in the Clinic in psychotherapeutic care, and what is the importance of this service for these subjects. This study aims to contribute to the construction of a vision focused on the need for understanding and emotional acceptance of the deaf person in clinical care in Psychology, in an inclusive approach, that is, an Inclusive Psychology. Through this research, it is understood the need to pay attention to psychological care aimed at the deaf community, in particular, as well as the emergence of new professionals in this area of care.

Keywords: Inclusive Psychology; deaf person; clinical care.

1 INTRODUÇÃO

¹ Acadêmico do Curso de Bacharel em Psicologia da União das Faculdades de Mato Grosso – UNIFAMA, Guarantã do Norte/MT. E-mail: thiagosousa2163@gmail.com.

² Graduado em Psicologia pela Faculdade de Rolim de Moura – FAROL, Especialista em Saúde Mental pela Universidade Católica Dom Bosco – UCDB de Campo Grande – MS, Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Professor orientador do Curso de Bacharel em Psicologia da União das Faculdades de Mato Grosso – UNIFAMA. E-mail: eraldopsico@gmail.com.

Desde o surgimento da Psicologia até seu desenvolvimento e reconhecimento como profissão, esta área vem cercada de estigmas, associada a pessoas desequilibradas ou à loucura, além de um perfil de profissão elitizada e voltada à clínica particular e para determinadas classes sociais. Apesar dessas nuances, percebe-se que esta área de conhecimento tem ampliado a forma como é vista socialmente e muitas pessoas têm adotado a psicoterapia como alternativa de autocuidado, desenvolvimento e melhora emocional.

Dessa maneira, as condições de vida em situações cotidianas podem ser amenizadas em seu sofrimento psíquico, o que culmina em um avanço para a saúde mental do sujeito e da sociedade. Além desse novo olhar sobre a ciência psicológica, ampliação de seu público-alvo e formas de aceitação na sociedade como importante para os cuidados em saúde mental, percebe-se o movimento da profissão quanto a sua participação no grande avanço que se empreende com a inclusão de pessoas deficientes, seja na escola, no trabalho ou nas políticas públicas de saúde mental, assim, conforme Riterbusche, Maffini e Gonçalves (2021) é importante reconhecer a relevância da qualificação do psicólogo no atendimento da comunidade surda e de sua cultura.

As questões levantadas a favor do processo de inclusão vêm ganhando forças a cada dia, e diante desse processo compreendemos a necessidade de repensar o atendimento a todas as pessoas que possuem qualquer tipo de deficiência, quer seja física ou mental. Neste momento, pode-se destacar as pessoas surdas, uma vez que há muitos movimentos inclusivos envolvendo a necessidade de intérpretes e iniciação a cursos da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), nesse sentido, Barroso (2013), aponta a importância sobre a inserção da Língua Brasileira de Sinais nos cursos de graduação, como ponto primordial para a inclusão, principalmente em cursos da área da saúde.

Nesse sentido, verifica-se que, para além da inclusão na participação social, é importante pensar sobre os aspectos emocionais que se apresentam nas pessoas com deficiência, o que neste trabalho se dedicou às pessoas com surdez. Trata-se de um público “diferenciado” por possuírem uma “limitação” na língua falada; podem desenvolver uma carga negativa de emoções e sofrimento emocional por não usarem da oralidade e não contarem com o sistema auditivo; por muitos anos foram estigmatizados como incapazes, rejeitados por familiares, e entre tantas outras dificuldades que enfrentam para serem compreendidos, acolhidos e mesmo incluídos (AZEVEDO; FERREIRA FILHA, 2012).

As pessoas ditas “normais” – no sentido de que usam a oralidade – já possuem algumas dificuldades em relacionar-se uns com os outros, entretanto quando vemos as “limitações” que as pessoas surdas enfrentam percebemos o quanto se torna mais difícil para o estabelecimento de diálogos, ainda mais no sentido de impossibilidade de comunicação. Nesse sentido o presente tema merece destaque, principalmente ao fato do sofrimento que essas pessoas trazem, suas angústias e frustrações, ante a isso cabe pensar em uma Psicologia voltada a essas pessoas, uma Psicologia Inclusiva, que vise atender as pessoas com deficiência, em especificamente as pessoas surdas.

Ante o exposto esta pesquisa pretende buscar e destacar levantamentos e contribuições aos quais podem ser acessíveis por meio do atendimento psicoterapêutico da pessoa surda no setting terapêutico, a necessidade de compreender que essas pessoas possuem suas dificuldades emocionais e se faz necessário pensar em uma proposta voltada a estas quanto ao atendimento psicológico. Diante disso o tema desta pesquisa visa buscar e fazer um levantamento sobre uma Psicologia acessível e que ofereça suporte a todas as pessoas, independentemente de serem portadoras ou não de deficiência; o tema vem destacar sobre a “Psicologia inclusiva: o atendimento psicoterapêutico da pessoa surda”. Por meio desta pesquisa, busca-se compreender como ocorre esse fazer e como se dá esse processo terapêutico direcionado as pessoas com surdez.

Sendo assim, essa pesquisa teve como objetivo buscar compreender de que forma ocorre o atendimento psicoterapêutico da pessoa surda no espaço Clínico Psicológico, tendo como premissas iniciais buscar discutir sobre o conceito de Psicologia Inclusiva, remetendo ao atendimento da pessoa surda; tratar ainda sobre o termo surdez; trazer o apontamento da importância do atendimento inclusivo voltado a pessoa com surdez na Clínica Psicoterapêutica e: as análises das formas de atendimento da pessoa surda.

2 CONCEITUALIZAÇÃO DE SURDEZ

Atualmente a questão da surdez tem assumido novos conceitos, sendo vista como uma diferença que traz ao sujeito apenas uma limitação na linguagem falada, este individuo apresenta uma individualidade, é dotado de capacidades e habilidades, traz consigo anseios e problemas como qualquer sujeito ouvinte. Assim, Barbosa e Chaveiro (2005, p. 420), vão nos trazer sobre a importância do uso da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS, termo a ser utilizado no decorrer das discussões desta pesquisa) pelos profissionais da área da saúde, segundo as

autoras “observa-se que o comportamento não verbal impede um vínculo efetivo entre cliente e profissional, sendo essencial, em sua formação, o aprendizado da LIBRAS [...]”.

Cromack (2004) descreve que a surdez vai muito além de uma deficiência sensorial, tendo uma complexidade maior, haja vista que, segundo a autora, algumas consequências da surdez impedem que o sujeito possa se comunicar com a sociedade, levando a causas de isolamento e discriminação dessas pessoas. Ao fazer uma correlação com Vygostki (1998), podemos compreender que se trata de uma questão válida, considerando que é por meio da linguagem que o ser humano estabelece relação com o outro. (VYGOTSKI, 1998).

Skliar (2003, p. 139) leva-nos a refletir sobre o sujeito surdo, podendo compreendê-lo “como um indivíduo com diferenças, em que o autor descreve como ocupantes de um lugar central, as quais não devem ser consideradas apenas atributos rígidos e essências, mas produtos históricos, culturais, resultantes de relações de poder”. Assim, concorda-se com Strobel (2006) ao classificar o povo surdo como sujeitos surdos que possuem ligações por origem, como uma cultura surda, a LIBRAS, são possuidores de costumes e interesses semelhantes, histórias e tradições comuns e qualquer outro laço compartilhado.

Ao entrar nas discussões descritas nesta pesquisa faz-se necessário uma compreensão do termo em questão, surdo, pessoa surda, surdez. O Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que traz a regulamentação da Lei de LIBRAS – nº 10.436, de 24 de abril de 2002, define:

Art. 2º. Para os fins deste Decreto, considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras.

Parágrafo único. Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz.). (DECRETO nº. 5.626 de 22 de dezembro de 2005).

Por meio do exposto anteriormente compreende-se que o sujeito surdo interage em sociedade através do visual-espacial, e sua comunicação, culturalmente, se dá com o uso da LIBRAS, como descreve Skliar (2005, p. 27) ao trazer que “a surdez se trata de uma experiência visual, de tal forma, completa, todos os mecanismos de processamento de informação e as formas de compreender o universo ao seu entorno, é construída por meio desta experiência”.

Ao passar dos tempos a surdez passou a ser vista de forma diferente, anteriormente vista como doença, e assumindo assim novas forma de ser olhar para a pessoa surda, hoje como “pessoa diferente”, mudanças também até mesmo na nomenclatura, em que surdo, com “s”

minúsculo relaciona-se ao sujeito em condição de não ouvir, enquanto que Surdo, com “S” maiúsculo refere-se àquele sujeito cultural e político (WILCOX, 2005).

As palavras Surdo e surdo são ambas usadas em discussões de questões que dizem respeito profundamente às crianças e adultos surdos, embora cada uma tenha um significado diferente. O uso do termo Surdo, com letra maiúscula, agora é amplamente usado para se referir à categoria cultural de auto-identificação. O termo com letra minúscula refere-se ao simples fato da deficiência audiovisual e é diferente do processo de auto-identidade. Esta distinção "s/S" foi feita pela primeira vez em 1972, pelo sociolinguísta James Woodward, mas agora é amplamente compreendida e usada pela maioria dos escritores no campo. (WRIGLEY, 1996, p. 13)

Como apontado pelo autor as palavras Surdo e surdo possuem uma diferença em relação a sua escrita, trazendo que enquanto a primeira está relacionada a cultura surda de identificação da pessoa surda a segunda é tida como o sujeito que não tem condição física de ouvir, apresenta surdez.

3 A PESSOA SURDA E A PSICOLOGIA

Segundo Leigh (2010), nos anos de 1960 e 1970 a sociedade passou por um processo de experimentação da *psychotherapy boom*, a qual tornou-se um fenômeno social. Tal terapia não se limitou apenas a pessoas doentes, mas estava voltada também a pessoas que buscavam compreender a si mesmas, melhorar seus relacionamentos e entre outras buscas de satisfação de suas vidas. Diante desse crescimento e, apesar da força da psicoterapia, os surdos eram excluídos, por conta de as psicoterapias não serem acessíveis a estes. Ainda, de acordo com o autor, um dos motivos pra que não ocorra o atendimento da pessoa surda é a entrada tardia de disciplinas de saúde mental e ciências do comportamento voltado ao campo da surdez e, também, uma grande quantidade de profissionais não qualificados e preparados para o atendimento dessa população. (LEIGH, 2010).

Ainda, de acordo com Leigh (2010), os profissionais daquela época traziam consigo uma ideologia de que apenas pessoas capazes de oralizar e verbalizar, ou seja, sujeitos que não possuíam deficiências na comunicação, eram os beneficiários de um tratamento psicoterapêutico. Aos surdos tinham apenas conselhos, orientações, instruções, palestras e advertências e os profissionais envolvidos nesse processo eram professores, atletas, treinadores, membros do clero, assistentes sociais e conselheiros de reabilitação profissional (LEIGH, 2010).

Boness (2015) nos descreve que fornecer terapia a pessoa surda traz inúmeras considerações éticas para a prática profissional do psicólogo, e estas estão voltadas a questão de competência, relações múltiplas, confidencialidade, avaliação, diagnóstica e em relação a comunicação.

Silva e Faria (2014) discorrem sobre as discussões que tem surgido sobre a questão da interação da pessoa com surdez e os serviços de saúde, em seus estudos as autoras apresentam um estudo a fim de avaliar as dificuldades sofridas pelos surdos ao buscar os serviços de saúde, e ainda avaliam estratégias visando a minimização das dificuldades apresentadas. Os resultados apresentam dados já esperados, como dificuldade de estabelecerem uma comunicação, menor tempo de consultas, falta de compreensão e até impaciência do profissional de saúde. Ainda, em seus estudos as autoras trazem sugestões como alternativas de enfrentamento, as quais estão voltadas a capacitação dos profissionais de saúde, presença de intérpretes de LIBRAS nos atendimentos, inserção do curso de LIBRAS nas grades curriculares e o incentivo de pesquisas voltadas para os sinais e sintomas agravantes expressos nessa língua.

Conforme Bisol, Simioni e Sperb (2008, p. 396) é “possível perceber que há uma tendência para compreender os surdos como um grupo homogêneo com desvantagens maturativas inerentes à condição da deficiência”. Assim houve a prevalência de preocupar com a delimitação orgânica e seu reparo, ao qual perdurou por longos anos, sendo proibido a LIBRAS pelos surdos, tendo a influência direta dos estudos da medicina voltada as questões da cura, diante disso compreende-se que “o olhar entre a psicologia e o modelo clínico terapêutico de surdez volta-se a um déficit orgânico” (CARNEIRO, 2019).

De acordo com Carneiro (2019) o olhar voltado ao sujeito surdo mudou ao longo dos anos, diante disso o sujeito surdo passa a ser visto como um ser que possui potencial igual a pessoa ouvinte, sendo que a diferença linguística e a ausência da surdez não se constituem como determinantes para um desenvolvimento deficitário. A autora ainda completa que o que interfere é a forma que o sujeito se relaciona com o mundo, em que momento aprendeu a língua de sinais, quais as relações estabelecidas com seus pais, meios sociais e como tudo isso influencia na construção da subjetividade.

O que percebemos é a necessidade que se faz de o psicólogo estar preparado para o atender a pessoa surda, diante disso, Cardoso, Rodrigues e Bachion (2006) aponta que para o psicólogo estar apto a atender pessoas surdas ou com perda auditiva, é fundamental que tenha apropriação da língua de sinais, nesse sentido, a apropriação não se relaciona apenas em ter uma melhor comunicação, mas procurar entender as vivências desses sujeitos. Trazendo

contribuição a este assunto, Sacks (2010) nos traz que na língua de um povo reside toda esfera de pensamento, sua tradição, história, religião e base de vida, todo seu coração e sua alma.

4 PSICOLOGIA E INCLUSÃO

O processo inclusivo tem sido uma grande questão de debates e discussões em diversos âmbitos, como social, escolar, político, econômico, e entre outros; assim, vale pensar na atuação de profissionais com diversas formações, no sentido de estabelecer ações voltados no aspecto da inclusão, no desenvolvimento de atitudes que se destinam a todos que necessitem deste fazer.

Diante disso, ao se pensar em relação à Psicologia, esta vem mostrar uma configuração com características voltadas diretamente ao sentido da inclusão de todas aquelas pessoas que trazem uma diferença consigo, ou deficiência, além de dispor de instrumentos que proporcionem a aplicação de ações voltadas a inclusão, haja vista muitos estigmas ainda estejam sob a área, como tratar-se de uma profissão para cuidar de doídos.

Amiralian (1997) traz questões que merecem destaque e atenção, válido de discussão, quando relacionado ao aspecto da Psicologia e o atendimento de pessoas com deficiência, a autora observa que alguns profissionais demonstram-se inseguros, significando que não conseguem atender a essas pessoas, havendo hesitação durante o processo terapêutico; em seus apontamentos a autora ainda levanta questões trazidas por psicólogos, como: a intervenção psicoterapêutica aplicada aos pacientes com deficiência, se são sujeitos iguais aos indivíduos sem deficiências, e, e quais as particularidades existentes no atendimentos dessas pessoas se há posicionamentos a métodos específicos para a observação.

Ao longo dos anos percebe-se que a forma de olhar a pessoa com deficiência tem avançado, saindo de uma configuração de exclusão, predominante em períodos anteriores, para uma perspectiva inclusiva a qual tem sido bastante discutida nos dias atuais, perpassando por muitos marcos ao longo dos tempos e trazendo tais mudanças advindas da Declaração de Salamanca, em 1994.

Diante desse contexto inclusivo tem-se a Psicologia Inclusiva, a qual encontra-se embasada nas leis regulamentadoras da inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiências, sendo uma Psicologia de grande importância para a funcionalidade do acolhimento e atendimento de pessoas com deficiência (nesta pesquisa, voltada diretamente à pessoa surda) (MACÊDO; TORRES, 2017).

De acordo com Skliar (1997) a Psicologia e a Medicina tiveram um papel de grande importância em relação a compreensão do termo surdez quanto a estabelecerem um padrão de normalidade em diversos aspectos da vida humana e indicarem como consequência de comportamentos desviantes; nesse sentido a surdez era percebida como deficiência e visando a reabilitação do sujeito o trabalho estava embasado em um modelo clínico terapêutico voltado “a cura” do indivíduo.

Segundo Dalcin (2009, p. 6) fazendo citação a Petit (1971) descreve que a Psicologia tinha uma compreensão voltada a criança surda ao qual trazia relação a condutas anormais, descrevendo que a mesma “não é um sujeito normal, ao menos enquanto certa capacidade de recepção sensorial [...] é um sujeito que, em uma determinada medida, é outro, em que a vida mental e o conjunto da personalidade estão diferentemente organizados”; dessa forma considerava-se que a Psicologia relacionava a perda da audição a condutas anormais.

Ante a questão da inclusão percebemos a necessidade de possibilitar uma forma de refletirmos sobre o processo educacional alcançar o sujeito surdo, nesse sentido, Strobel (2008) nos traz que possibilitar a comunicação inclusiva aos surdos, por meio do respeito ao seu direito linguístico, sua língua materna e comunicação nos remete a uma reflexão sobre como a educação chega a esse indivíduo, pois a base da comunicação começa na educação formal.

Cruz e Lopes (2007) descreve que o atendimento psicológico busco o amparo do paciente, uma forma de escutar aquilo que não é dito, observando, acima de tudo, o código de ética. Diante disso, enquanto psicólogo se faz necessário o respeito da integridade e dignidade do sujeito, o que permite a possibilidade de promoção a ações voltadas a possibilidade de incluir este público, em contexto social e clínico.

Ao trazermos o olhar direcionado ao processo psicoterapêutico da pessoa surda, Rosa (2017) aponta que o psicólogo tem como objetivo fazer o acolhimento ao sofrimento da pessoa surda, tendo como ferramenta a psicoterapia, ao qual amplia os recursos necessários, que auxiliam no enfrentamento de seus conflitos internos. Diante disso concordamos que o psicólogo precisa realizar as adequações e adaptações necessário no espaço clínico a fim de que ocorra um atendimento humanizado.

5 A ESCUTA/ATENDIMENTO PSICOLÓGICO DA PESSOA SURDA

Em virtude de sabermos da necessidade de adequações e adaptações a serem realizadas no cenário clínico, como descrito por Rosa (2017) anteriormente, se faz necessário ainda pensar

na dificuldade da pessoa surda de verbalizar oralmente nenhuma palavra, como aponta Almeida, Lima e Roure (2020), e ainda complementam que não consegue transmitir seus sentimento e sua dor em palavras faladas verbalmente, ao qual tem como canal de comunicação o visual-gestual, a Língua de Sinais, como ressaltam Grassi, Zanoni e Valentin (2011).

Ainda conforme Almeida, Lima e Roure (2010) o sujeito surdo em sofrimento psíquico vai expressar suas angústias e seus conflitos com sua fala, no caso desse através da Libras. Dessa forma, este sujeito expressa sobre tudo aquilo que lhe ocorre psiquicamente, da mesma forma que outras pessoas fariam de forma oralizada (ALMEIDA; LIMA; ROURE, 2010).

Ante o exposto nos convém pensarmos em um atendimento em que o psicólogo auxilie o surdo no sentido de trazer ao conhecimento os conflitos psíquicos trazidos pelo sujeito, por meio do simbolismo, no caso por meio da Libras. Assim concordamos com Solé (2005, p. 175) quando afirma que “aqueles que entendem a Psicanálise como uma questão de setting, de técnica, aquela em que o paciente se deita no divã e diz ao analista: “calado, agora me escuta”, segundo o autor, “essa possibilidade de associação livre, não é possível com sujeitos surdos”.

Solé (2005) ainda nos traz outra questão, que “muitas pessoas surdas se constituíram tendo uma percepção persecutória para com as pessoas ouvintes, exatamente por muitos desses terem nascidos em famílias de ouvintes, nesse processo terapêutico essas experiências seriam reativadas sendo o analista ouvinte”. Diante ao exposto percebemos que ao psicólogo que pretende partir para o atendimento da pessoa surda se faz fundamental o processo de conhecimento da Libras.

Ainda, com base em estudos realizados por Solé, aos quais apresentaram relações marcadas pela diferença na linguagem, ausência de escuta e voz e, bem como, suas consequências e pela falta de valorização da surdez pelos sujeitos ouvintes, o autor traz a influência ocasionada ao se estabelecer a transferência. Entre outros aspectos Solé (2005) aponta, quando o analista não tem conhecimento da Libras, utilizando um intérprete nas sessões, tem-se a entrada de uma terceira pessoa na relação analítica.

Consoante a questão anterior Solé (2005) descreve que a transferência se tornaria em uma tríade, ou seja, o analisando não saberia a quem direcionar para solucionar seus sintomas. Diante disso entendemos um viés que surge nesse sentido, pois este profissional não tem a formação terapêutica, onde sua interpretação se pautaria na própria constituição psíquica do intérprete, podendo ainda até mesmo desqualificar o saber do analista ouvinte. Assim, Almeida *et al.* (2010) complementa que a presença do intérprete se constitui uma contraindicação para o

tratamento analítico, o que Piret (2007) corrobora ao destacar que a atuação do intérprete de Libras não seria possível na relação de dois, pois existem riscos.

Ainda, de acordo com Solé (2005) temos outro aspecto que merece destaque, este está relacionado ao analista atender a pessoa surda sem o conhecimento da Libras, nesse sentido pode levar a uma transferência negativa, pois o analista estaria ocupando o lugar de alguém que não tem interesse em escutar aquilo que o sujeito surdo tem a dizer, segundo a autora, tal tipo de transferência poderia se transformar em perseguição e acabando com as possibilidades de vinculação, como destaca.

Nada descarta que a análise com pessoas surdas seja possível como para pessoas ouvintes, entretanto, como destaca Almeida, Lima e Roure (2010), se faz necessário pensar nessa prática clínica, em virtude de suas particularidades, como também nas questões de linguagem e da transferência, além das que implicam no processo comunicacional ao longo da vida do sujeito surdo (ALMEIDA; LIMA; ROURE, 2010).

Ainda se faz necessário levantarmos aqui outra questão que merece ser observada, que é a propriedade do psicólogo de possuir e estar integrado à Libras, quanto a isso destaca Tostes (2018) ao nos trazer que a fala do paciente surdo deve ser captada pelo psicólogo, bem como o surdo compreender a fala do psicólogo. Assim, a autora ainda destaca que para oferecer ao surdo uma psicoterapia de longo prazo faz necessário que o psicólogo conheça plenamente a Libras bem como as especificidades do surdo, sem presença do mediador cultural (TOSTES, 2018).

A guisa de esclarecimento tem-se o psicólogo bilíngue, que possuindo conhecimento teórico relacionado a pessoa surda, propõe-se, como destaca Sawaia (2008, p. 73) “a conhecer as sutilezas de como o sujeito vive, cria e sofre, no âmbito da intersubjetividade, as determinações sociais”. Nesse sentido, esse profissional trabalha, dentro da psicologia, junto ao sujeito surdo em direcionamento de seu ser, sem que esteja subordinado a escolha de outros.

Outro ponto importante a ser destacado está em como pode ser desenvolvidas e trabalhadas algumas estratégias com a pessoa surda, ante a isso Gonçalves (2019) descreve que a utilização de materiais de origens visuais, como desenhos, mapas, vídeos e imagens se constitui como estratégias eficazes para a pessoa com surdez, por ter grande memória visual. Para Pereira, Araújo e Silva (2020) o acesso a essas ferramentas promovem diversão e permitem ao terapeuta observar padrões de comportamentos em seu paciente, desenvolvimento cognitivo, habilidade, níveis de frustração, interação, coordenação motora e entre outros.

Peres (2003) destaca o uso de algumas técnicas projetivas, segundo o autor, se tornam instrumento bastante apropriado a ser usado com este público em questão, nesse sentido, tais testes permite ao terapeuta obter uma investigação ampla e global da personalidade do indivíduo. Assim, o autor menciona o uso do teste HTP (House-Tree-Person) desenvolvido por Jhon N. Buck em 1948, ao qual avalia fatores referentes a personalidade, a forma como o indivíduo se vê e como se relaciona com o mundo.

Ainda em relação a outros métodos a ser utilizados, Filipini (2014, p. 16) destaca o psicodrama, ao qual trata-se de um método de ação profunda, pois lida diretamente com as relações interpessoais, bem como as ideologias do paciente, por meio desta técnica interventiva tem a possibilidade de ajudar o paciente surdo na elaboração e resolução de conflitos psíquicos.

6 METODOLOGIA

A presente pesquisa tratou de um mapeamento bibliográfico e análise de comparações bibliográficas de estudo referentes à temática em questão, referente ao período de 2018 a 2021, aos quais trazem sobre as pesquisas mais recentes relacionadas ao atendimento da pessoa surda; partindo, ainda, do pressuposto referente à Psicologia Inclusiva e o atendimento da pessoa surda, com observações relacionadas aos desafios enfrentados pelos profissionais quanto ao atendimento da pessoa com surdez na clínica.

De acordo com Gil (2008) tal modalidade tradicionalmente compreende a pesquisa em material impresso, como livros, revistas, periódicos, teses, dissertações e anais de eventos científicos. As presentes fases do desenvolvimento da pesquisa consistiram em buscas de estudos teóricos e análise minuciosas dos levantamentos metodológicos obtidos em relação ao assunto em questão e, posteriormente, elaboração do trabalho.

Os levantamentos metodológicos foram realizados em artigos científicos, revistas online, e-books, etc.; os quais tais levantamentos partiram de estudos baseados no tema em questão. A seleção de levantamento dos materiais ocorreu da seguinte forma: sendo excluídos artigos que não apresentaram conteúdos sobre a temática ou que não trataram de outros interesses e artigos repetitivos.

Não foi delimitado um limite temporal relacionado a coleta de informações, pois acredita-se que o encontro de vários trabalhos poderia corroborar e agregar conteúdos relevantes a esta pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dessa pesquisa observou-se que o sujeito sempre fez uso da linguagem para estabelecer a comunicação com os seus semelhantes, nesse processo compreende-se que a língua é fundamental para que ocorra essa interrelação e compreensão do que se fala e o que está sendo escutado. Diante disso somos levados a refletir, quanto a pessoa surda, onde a ausência da linguagem falada não é possível, somente por meio da Libras.

Cada sujeito apresenta questões pessoais, dificuldades emocionais, intelectuais e entre tantas outras, quanto a isso a pessoa surda não se difere e traz as mesmas condições que um sujeito oralizado, ou seja, aquele capaz de expressar seus sentimentos através da fala. Nesse sentido o apoio do psicólogo para auxiliar nesse caminhar é fundamental.

Ao pensarmos no processo inclusivo da pessoa surda no espaço clínico tem sido uma questão que pouco se discute, talvez em virtudes da pouca formação de profissionais para atuarem diretamente com esse público.

Por meio da pesquisa foi possível perceber tal necessidade de profissionais que atendam a essa comunidade em específico, alguns fatores podem ser destacados, entretanto não apresentaram enfoque nesse sentido dentro da pesquisa, entretanto é válido pensar que talvez seja pela dificuldade que muitos apresentam em conhecer e aprender a Libras e ainda destacar a pouca interação com a cultura surda, ate mesmo nenhuma, o que se constituem indispensáveis para desenvolver um trabalho clínico direcionado a pessoa surda.

Outro aspecto que pôde ser observado são poucas as pesquisas realizadas dentro dessa área diretamente com o atendimento psicoterapêutico a pessoa surda. Isso nos leva a ver o quanto se constitui uma necessidade de olhar a esse público, não apenas no sentido repensarmos esse novo fazer, mas de buscar compreender ainda mais a necessidade de se trabalhar a saúde mental desses sujeitos.

Compreende-se a necessidade de repensarmos a prática clínica a esse público bem como buscar a necessidade de novas pesquisas que direcionem a falta de atenção destinadas ao atendimento psicológico para surdos, acrescenta-se ainda a falta de uma prática que voltem o atendimento a diferentes grupos, um ponto ainda a ser destacado está relacionado a repensar nas grades curriculares das Instituições de Ensino Superior, permitindo assim a emergir novos profissionais nas mais diversas áreas de atuação.

Nesse sentido, espera-se que possamos repensar a prática de um atendimento inclusivo, perpassando barreiras que venham a impedir que esse fazer inclusivo ocorra de forma geral, e

que se estenda o interesse voltado a pessoa surda, considerando todas as suas potencialidades e necessidade emocional, contribuindo para que sejam valorizados e respeitados os seus direitos e se faça uma Psicologia Inclusiva e de integração social do sujeito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Marcella de Paula; LIMA, Priscilla Melo Ribeiro de; ROURE, Susie Amâncio Gonçalves de. A escuta de sujeitos surdos na clínica psicanalítica. **Analytica**, São João del Rei, v. 9, n. 17, p. 1-23, dez. 2020. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2316-51972020000200002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 07 maio 2021.

AMIRALIAN, Maria Lúcia T. M. O psicólogo e a pessoa com deficiência. In: Becker, Elisabeth et. al. **Deficiência: alternativas de intervenção**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

AZEVEDO, E. B.; FERREIRA FILHA, M. O. Práticas inclusivas na rede de atenção à saúde mental: entre dificuldades e facilidades. **Revista Ciência & Saúde**, Porto Alegre, 5(2), p. 60-70, 2012. Disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faenfi/article/view/10657>. Acesso em 04 jun. 2021.

BISOL, Cláudia Alquati; SIMIONI, Janaína; SPERB, Tania Mara. Contribuições da psicologia brasileira para o estudo da surdez. **Psicologia: reflexão e crítica**. Porto Alegre. Vol. 21, n. 3 (set./dez. 2008), p. 392-400., 2008. Disponível em <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/25710>. Acesso em 10 fev. 2021.

BONESS, Cassandra L. Treatment of deaf clients: Ethical considerations for professionals in **psychology**. **Ethics & behavior**, v. 26, n. 7, p. 562-585, 2016. Disponível em <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/10508422.2015.1084929>. Acesso em 26 out. 2020.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm>. Acesso em: 26 out. 2020.

CARDOSO, Adriane Helena Alves; RODRIGUES, Karla Gomes; BACHION, Maria Márcia. Percepção da pessoa com surdez severa e/ou profunda acerca do processo de comunicação durante seu atendimento de saúde. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 14, n. 4, 2006. Disponível em <https://www.redalyc.org/pdf/2814/281421863013.pdf>. Acesso em 15 fev. 2021.

CARNEIRO, Luma Gaudad Sardinha. Análise de estratégias linguísticas no atendimento psicoterápico bilíngue português-libras. 2019. 51 f., il. **Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Língua de Sinais Brasileira - Português como Segunda Língua)** — Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em

https://bdm.unb.br/bitstream/10483/26480/1/2019_LumaGaudadSardinhaCarneiro_tcc.pdf. Acesso em 17 mar. 2021.

CHAVEIRO, Neuma; BARBOSA, Maria Alves. Assistência ao surdo na área de saúde como fator de inclusão social. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 39, n. 4, p. 417-422, 2005. Disponível em <https://www.scielo.br/j/re USP/a/jWkbsrPtGBnkWZ6njsDPkjz/?lang=pt>. Acesso em 21 nov. 2020.

CROMACK, Eliane Maria Polidoro da Costa. Identidade, cultura surda e produção de subjetividades e educação: atravessamentos e implicações sociais. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 24, n. 4, p. 68-77, 2004. Disponível em <https://www.scielo.br/j/pcp/a/gwqgpPLXRvQWSfVVrLd8WsS/?lang=pt>. Acesso em 21 nov. 2020.

CRUZ, Mafalda Luzia Coelho Madeira; LOPES, Vanessa Marques. Inclusão social do deficiente auditivo: uma reflexão do atendimento do psicólogo na internação hospitalar. **CES Revista**, v. 21, p. 191-202, 2007. Disponível em https://www.cesjf.br/revistas/cesrevista/edicoes/2007/inclusao_social_do_deficiente.pdf. Acesso em 21 nov. 2020.

DALCIN, Gladis. Psicologia da educação de surdos. **Curso de Licenciatura em Letras-Libras na Modalidade a Distância**. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC. Disponível em http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoPedagogico/psicologiaDaEducacaoDeSurdos/assets/558/TEXTObASE_Psicologia_2011.pdf. Acesso em 17 mar. 2021.

FILIPINI, Rosalba. **Psicoterapia psicodramática com crianças**: uma proposta sacionômica. São Paulo: Ed. Ágora, 2014.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo, SP: Atlas, 6. ed. 2008.

GONÇALVES, Paulo Cesar da Silva. **Atendimento Psicológico aos Surdos**. Psicologado, [S.l.]. (2019). Disponível em <https://psicologado.com.br/atuacao/psicologia-clinica/atendimento-psicologico-aos-surdos>. Acesso em 17 fev. 2021.

GRASSI, Dayse; ZANONI, Graziely Grassi; VALENTIN, Silvana Mendonça Lopes. Língua Brasileira de Sinais: aspectos linguísticos e culturais. **Revista Trama**, v. 7, n. 14, p. 57-68, 2011. Disponível em <http://saber.unioeste.br/index.php/trama/article/view/5786>. Acesso em 21 abr. 2021.

LEIGH, I. W. On being a psychotherapist with deaf clientes. In: LEIGH, I. W. (Org.), **Psychotherapy with deaf clients from diverse groups**. Washington: Gallaudet University Press, p. 3-22, 2010.

MACÊDO, Ludmilla da Silva; TORRES, Cláudia Regina Vaz. **Psicologia inclusiva: a importância do atendimento psicoterapêutico a pessoas surdas**. 1º seminário luso-brasileiro de educação inclusiva, Salvador. Disponível em: <<http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/i-seminario-luso-brasileiro-deeducacao-inclusiva/assets/artigos/eixo-10/completo-7.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2020

PEREIRA, Vanessa A.; ARAÚJO, Karoliny V.; SILVA, Jucineide L. de A. Psicoterapia para pessoas com surdez: um processo de inclusão. **Rev. Cient. Novas Config. Dialog. Plur.**, v. 1, n. 3, p. 12-22, 2020. Disponível em <https://app.periodikos.com.br/article/603c33c2a9539528a40acf22/pdf/dialogosplurais-1-3-20.pdf>. Acesso em 13 maio 2021.

PERES, Rodrigo Sanches. O desenho como recurso auxiliar na investigação psicológica de crianças portadoras de surdez. **Psic: Revista da Vetor Editora**, v. 4, n. 1, p. 22-29, 2003. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-73142003000100004. Acesso em 15 abr. 2021.

PIRET, Bertrand. La psychothérapie avec interprète est-elle possible. **Psychiatrie, Psychothérapie et Culture** (s), v. 2, 1991. Disponível em <http://www.parole-sans-frontiere.org/spip.php?article23>. Acesso em 24 abr. 2021.

RITERBUSCHE, C. da S.; MAFFINI, G.; GONÇALVES, C. dos S. Equity and mental health: challenges for the psychologist's work with people with deaf people. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 10, n. 4, p. e48410414208, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i4.14208. Disponível em <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/14208>. Acesso em 5 jun. 2021.

ROSA, Patrícia da. **No encontro intercultural, o encontro terapêutico: prática clínica com surdos**, 2017. Disponível em <https://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/2003>. Acesso em 04 maio 2021.

SACKS, O. **O olhar da mente**. São Paulo: Cia das Letras. 2010.

SAWAIA, B. B. O ofício da psicologia social à luz da ideia reguladora de sujeito: da eficácia da ação à estética da existência. In: ZANELLA, A. V. (Org.) **Psicologia e práticas sociais** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, p. 67-79, 2008. Disponível em <https://static.scielo.org/scielobooks/886qz/pdf/zanella-9788599662878.pdf>. Acesso em 15 fev. 2021.

SILVA, F. F.; FARIA, C. C. C. O deficiente auditivo e as dificuldades na comunicação com profissionais de saúde. In: PEREIRA, B. A. M.; LOURENÇO, L. M. **Surdez e Psicologia Clínica: Contribuições da Literatura**, 2017. Disponível em <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1118.pdf>. Acesso em 15 maio 2021.

SKLIAR, Carlos (org). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 2005.

SKLIAR, Carlos. Uma perspectiva sócio-histórica sobre a psicologia e a educação dos surdos. In. SKLIAR (Org.), **Educação & exclusão: abordagens sócio-antropológicas em educação especial** (p. 105-153). Porto Alegre: Mediação, 1997.

SOLÉ, M. C. P. **O sujeito surdo e a Psicanálise: uma outra via de escuta**. Porto Alegre, RS: Ed. UFRGS, 2005.

STROBEL, Karin Lilian. **Surdos: Vestígios Culturais não registrados na História**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa Pós-Graduação em Educação. Disponível em

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/91978/261339.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 8 mai. 2021.

STROBEL, Karin Lilian. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

STROBEL, Karin Lilian. **Pedagogia (improvável) da diferença: e se o outro não tivesse aí?** Tradução: Giane Lessa. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

TOSTES, Raissa. **A atuação de psicólogo bilíngue no atendimento terapêutico à pessoa surda**. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/10514/TOSTES_Raissa_2018.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 08 mai. 2021.

VYGOTSKY, Liev Semiónovitch. **A Formação Social da Mente: o Desenvolvimento dos Processos Psicológicos Superiores**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

WILCOX, Phyllis Perrin; WILCOX, Sherman. **Aprender a ver**. Rio de Janeiro: Arara Azul, 2005.

WRIGLEY, Owen. **Política da surdez**. Florianópolis: UFSC, 2006.